



STATE OF THE
**AFRICAN
DIASPORA**

ESTADO DA DIÁSPORA AFRICANA

NOTÍCIAS DO ESTADO

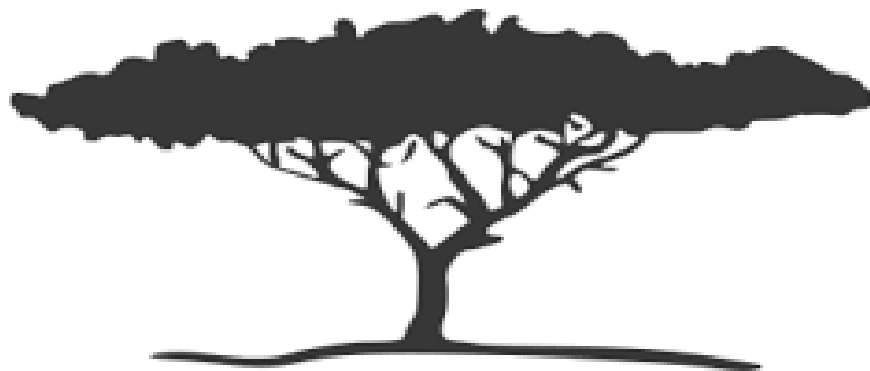
BOLETÍN, Nº 12: NOSSO PARLAMENTO, NOSSA DEMOCRACIA



Melvin Brown, Presidente del Parlamento



Avraham Ben Levi Yisra'El Nominado « Diputado del Año 2021 »



LAWS.AFRICA

Tabela de Conteúdos

-Editorial.....	p.01
-Entrevista com Melvin Brown, presidente do Parlamento.....	p.02
-Os programas de ação de Melvin Brown fora do Parlamento.....	p.03
-O Parlamento e seus Estatutos.....	p.05
-A Primeira Lei votada no Parlamento: Nacionalidade e Cidadania.....	p.06
-A Segunda Lei: Restituição, ou melhor, Reconquista.....	p.08
-A Terceira Lei: Espiritualidade, Religiões e Cidadania.....	p.09
-« Legislação», o novo título do nosso site.....	p.10
-Cooperação com o Parlamento da UA.....	p.11
-Capacitação de parlamentares.....	p.12
-E o deputado do ano é o Sr. Avraham Ben Levi.....	p.14

Editorial

Em 1º de julho de 2018, durante a Cúpula da União Africana, o Dr. Louis-Georges Tin lançou o Estado da Diáspora Africana (SOAD). Desde então, após a promulgação da Constituição, sua missão tem sido criar instituições soad, como o Governo, a Casa Real, a Câmara de Mediação, a Universidade, o Departamento de Estado, os 4 Cáucuses (líderes políticos, espirituais, jornalistas, advogados), etc.

Mas esta edição do nosso boletim informativo é sobre uma instituição em particular: O parlamento, que é o coração da nossa democracia. O Parlamento representa a família pan-africana. Estão disponíveis 100 lugares para cada uma de nossas 6 regiões: África, Ásia, América do Sul, América Central e Caribe, América do Norte e Europa. Os membros do Parlamento, na verdade, vêm de mais de 80 países, e seu mandato vai até junho de 2023, período em que, após as eleições gerais, o Parlamento será renovado.

Em 30 de outubro de 2021, Melvin Brown, que já era vice-presidente, foi eleito como o novo presidente do Parlamento. Além disso, os Estatutos do Parlamento foram redigidos, alterados e aprovados. E agora, como estamos no início de 2022, o Parlamento pode começar a trabalhar plenamente em sua primeira missão, que é votar as leis. Pela primeira vez, em janeiro, três leis foram introduzidas, discutidas em comissões e aprovadas em plenário. O primeiro foi o "Projeto de Lei para criar o Código de Nacionalidade e Cidadania do Estado da Sociedade Africana", que dá o exemplo para todas as outras legislações do SOAD no futuro.

Entrevista com Melvin Brown, presidente do Parlamento SOAD



-Melvin Brown, você é o presidente do Parlamento. Poderia se apresentar e nos contar mais sobre seu passado?

-Meu nome é Melvin Brown, sou advogado, tenho 27 anos de experiência iniciei trabalhos de desenvolvimento comunitário, especificamente, planejamento mestre e estratégico e desenvolvimento de projetos. Ao longo dos anos, desenvolvi vários planos conceituais, incluindo o plano diretor para o desenvolvimento social e econômico sustentável de pessoas de ascendência africana no Panamá. A partir de 31 de outubro, fui escolhido para ser o novo presidente do Parlamento. No Panamá, sou diretor de um programa de serviços comunitários e do Programa SOAD Global Food Bank. Em 64 semanas, atendemos 11.009 pessoas.

-Qual é a estrutura do Parlamento?

-Além do Presidente, há 6 vice-presidentes regionais: África, Europa, Ásia-Pacífico, América do Norte, América do Sul, América Central e Caribe. São os seguintes departamentos: Jurídico, Gestão Orçamentária, Segurança, Capacitação, Cultura, Desenvolvimento Sustentável e Gestão de Projetos. O Parlamento opera com comitês e sessões plenárias. Como contas podem vir do Governo ou do Parlamento do SOAD.

Em seguida, são enviados às comissões do Parlamento; em seguida, há o debate final e votação no plenário do Parlamento.

- Quais são como missões do Parlamento?

-O Parlamento quer representar o povo, como em qualquer democracia. Os membros do Parlamento também votam em seus líderes e no primeiro-ministro. Eles votam como leis e votam pelo orçamento.

-Como o Parlamento pode representar os cidadãos? Eles votam em seus deputados?

-Sim, eu sei. Teremos nossa próxima eleição geral em junho de 2023. Os cidadãos votaram a favor dos deputados, e os deputados votaram para o presidente do Parlamento e o próximo primeiro-ministro.

-Quais foram as primeiras leis votadas pelo Parlamento?

-A primeira lei discutida no Parlamento teve como objetivo criar o Código de Nacionalidade e Cidadania do SOAD. Como estamos prontos para emitir nossa ID, foi normal começar lá, especialmente porque os cidadãos são a base de qualquer estado. A segunda lei que foi discutida foi a lei sobre "Restituição, ou melhor, Reconquista". Também foi importante discutir esse tema, dadas como nossas grandes conquistas nessa área, e também porque o legado é o que você tem quando começa, ou mesmo antes de começar. Mas no nosso caso, grande parte deste legado foi roubado. Então nossa lei estabeleceu as regras para nossa reconquista, a conquista do que temos e do que somos. A terceira lei é sobre "Espiritualidade, Religiões e Cidadania". Explique como pessoas que vêm de tanta origens culturais diferentes podem interagir em um quadro de respeito e inclusão.

-O Parlamento é o único órgão legislativo do SOAD, ou existe outra câmara, como um Senado ou uma Câmara dos Lordes?



-Não, A SoAD tem apenas um órgão legislativo: o Parlamento.

No entanto, o SOAD tem outra Câmara, a Câmara Real, liderada por Tassi Aïdji e pelo Chefe Charumbira, que também é o presidente do Parlamento da União Africana. A missão desta Assembleia não é votar leis, mas trabalhar com o governo em programas. Por exemplo, reis, rainhas e líderes tradicionais são essenciais para nossas campanhas de restituição (como eram os proprietários naturais de muitos artefatos), ou para nossas cidades inteligentes (na verdade, na Verdadeiramente, em muitos países africanos, a terra pertence aos reinos e comunidades tradicionais.) Portanto, a nossa Casa Real é muito diferente do Parlamento, mas também é muito importante.

-Na África e no resto do mundo, a democracia é muitas vezes minada. O fato de diáspora ter construído seu próprio modelo democrático, um modelo completamente inovador e original, uma democracia no quadro de um Estado sem fronteiras, tudo isso constitui, penso eu, uma mensagem muito forte muito enviada à comunidade internacional... Isso está errado?

- Você está 100% correto. No que diz respeito à democracia, é verdade que há problemas na África, como há em todas as partes do mundo. Mas isso não nos impede de ser inovadores e liderar o caminho para o futuro. Posso dizer-lhe, com confiança, que somos certamente o primeiro estado digital, mas não o único. Outros grupos, outras diásporas, inspiradas em nosso modelo, agora estão trabalhando para fazer o mesmo. Isso é uma fonte de orgulho para nós.

Os programas de ação de Melvin Brown fora do Parlamento



LAWS.AFRICA



Sistema de resposta de emergência

Além de sua ação dentro do Parlamento, Melvin Brown também está trabalhando em diferentes programas de ação, como o Sistema de Resposta a Emergências (ERS).



A África e a diáspora estão expostas a muitos riscos: ciclones no Caribe e na América Central, erupções vulcânicas, como foi visto recentemente em São Vicente, terremotos como o que ocorreu no Haiti em 2010, e novamente em 2021, secas, tão numerosas no Sahel, sem mencionar todos os outros desastres que não são naturais, mas são feitos pelo homem, como o aquecimento global, que amplifica ciclones, secas e fomes, guerras que matam e empurram as pessoas pelas estradas para o exílio, leis xenófobas que mantêm refugiados em campos sem direitos, etc.

Por tudo isso, é necessário estabelecer sistemas de resposta humanitária. Melvin Brown trabalhou neste campo por muito tempo, e está trabalhando na criação de um sistema semelhante em nosso contexto. O sistema em que você está trabalhando tem 4 componentes: ERS Centers, Capacity Building, Industrial Fabricing e Suporte Logístico. O objetivo é apoiar e ajudar nosso elesíduo em tempos de crise ou emergência.

Segurança Alimentar- Programas alimentares



Melvin também está trabalhando em um programa de segurança alimentar. Em comunidades que precisam de ajuda, ele e sua equipe estão prestando assistência, como parte da divulgação da comunidade. No Panamá, República Dominicana, Jamaica e Equador têm várias iniciativas.

Panamá

No Panamá, completam 63 semanas de atividades: 11.009 pessoas receberam assistência e responderam ao escopo do programa. Alimentos, computadores, mimos para pessoas com deficiência, capacitação comunitária para projetos de desenvolvimento sustentável. Há três coordenadores comunitários e oito voluntários



****República Dominicana***

Auclair Gourdet, presidente dos parlamentares da República Dominicana na SOAD, é responsável pelo Programa na República Dominicana

***Jamaïque**

A equipe está trabalhando com Naomi Morris da Step Faith Pantry para apoiar o programa em Jamaïque

***Équateur**

A delegada Luisa Ortiz Bustos tem várias redes de mulheres em diferentes comunidades: San Lorenzo, Guayaquil e Esmeraldas. A produção de alimentos e medicamentos é um componente essencial do trabalho na comunidade.



O Parlamento e seus Estatutos



Em 30 de outubro de 2021, os Estatutos foram aprovados durante uma sessão plenária do Parlamento do SOAD. Eles foram preparados antecipadamente por uma equipe de líderes do governo e do parlamento, e o texto foi votado por todo o parlamento.

Os Estatutos explicam como tarefas do Parlamento, que são as seguintes:

- Representação do povo.
- Eleição dos líderes do Parlamento.
- Eleição do Primeiro-Ministro.
- Votando em leis.
- Vote no orçamento.
- Implementação de programas de ação.

Os Estatutos explicam o alcance das leis que podem ser votados pelos deputados, a estrutura geográfica e hierárquica do Parlamento: o Presidente, os Vice-Presidentes, os Presidentes das delegações nacionais e os demais deputados. O texto também estipula como funciona a secretaria, com como reuniões e o calendário.

Como as comissões do Parlamento, definidas nos artigos 22º e 23º da Constituição, também estão desenvolvidos no Estatuto. Elas cobrirão áreas como:

- Pressupostos econômicos,
- Indústria, Infraestrutura e Novas Tecnologias,
- Agricultura e Pesca,
- Assuntos Sociais,
- Justiça e Direitos Humanos,
- Cultura e Patrimônio.



Os Estatutos também tratam de eleições, legalidades e governança, relações entre o Parlamento e o governo, mas também entre o Parlamento e o Tribunal de Justiça. Outra área importante de ação para o Parlamento é, naturalmente, o orçamento e as finanças.

A Primeira Lei Votada no Parlamento: Nacionalidade e Cidadania



Como o SOAD está prestes a emitir sua Carteira de Identidade, antes era necessário discutir e adotar o Código de Nacionalidade e Cidadania do Estado da Diáspora Africana, e por razões simbólicas e estratégicas, esta questão tinha que ser a primeira a ser votada no Parlamento, pois os cidadãos são o povo em benefício de quem todos trabalhamos. O conteúdo da lei será apresentado em outro lugar, em nosso site, mas é importante explicar aqui por que esse Código é tão crucial para nós.

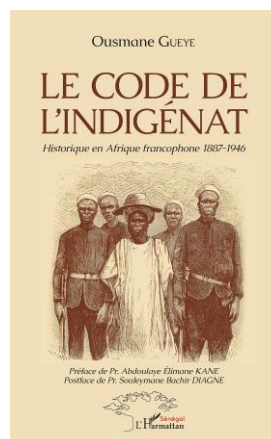
Durante a sessão plenária que ocorreu em 22 de janeiro de 2022, o Parlamento teve que definir quem pode ser um cidadão nacional e cidadão do SOAD, e então, em junho de 2023, pelo processo das Eleições Gerais, os cidadãos, por sua vez, poderão definir quem será um membro do Parlamento pelos próximos cinco anos, e esses deputados votam e definirão quem será próximo o primeiro-ministro, que então formará o novo Governo com todos os Ministros, que é o processo usual em uma democracia como a nossa.

Nacionalidade e cidadania são uma questão muito mais terdopente em todos os lugares, mas ainda mais para as comunidades pan-africanas. Não passou, todos os africanos vivem na África. Sua identidade e afiliação não eram um grande problema, pois estavam ligados aos seus povos, reinos

e tradições. Mas a escravidão e a colonização abriram um ciclo de violência e ruptura consideráveis. Nesse sentido, como questões de nacionalidade e cidadania foram totalmente interrompidas.

Os Africanos deportados para as colônias de escravos e dispersaram-se aqui e ali, de acordo com os interesses dos "comerciantes", obviamente perderam toda a afiliação legal e política com seus territórios de origem. Na maior parte do tempo, perderam seus nomes, sua identidade, e muitas vezes depois de várias gerações, até mesmo a memória das pessoas a quem pertenciam. Embargo sur le péché, eles não adquiriram uma cidadania alternativa, uma vez que eram escravos, e percebidos como "propriedade móvel", como indicado pelo exemplo no Código Noir, promulgado na França. Eles não se consideram mai seres humanos, os africanos ainda podem ainda menos reclame qualquer cidadania.

E quando, depois de longas e amargas batalhas, os escravos finalmente obtiveram sua libertação, muitas vezes se vavam em estados onde ainda eram dominados por ex-proprietários de escravos, como no Brasil, que poderiam eventualmente conceder-nacionalidade, muito menos medida cidadania, na em que seus direitos civis, incluindo o direito ao voto, eram regularmente contestados ou impedidos. como ainda é o caso nos Estados Unidos. E nesses países, os eleitores negros têm muito pouca representação nos parlamentos, muito menos nos governos. Em outras palavras, afro-descendentes sai da escravidão, mas geralmente permaneceram em um estado de dominação racial, o que não permite desfrutar plenamente de sua nova cidadania.





Quanto aos Africanos do continente, que foram massivamente colonizados a partir do século XIX em diante, eles também experimentaram um claro declínio cívico. Na Argélia, por exemplo, e depois nas outras colônias francesas, que antes eram livres, os habitantes eram forçados a se tornarem indivíduos com nacionalidade francesa, e com a cidadania diminuída, facilitando toda a violência possível: na verdade, torna-se "nativos", regidos pelo "Código de l'indigénat", que instituiu o racismo estatal e a supremacia branca, um sistema que tomou a forma de apartheid na África do Sul: os negros certamente tinham nacionalidade sul-africana, mas tinha uma cidadania que fue praticamente desprovida de qualquer conteúdo real.

Outro exemplo: sob a colonização belga, os indígenas foram submetidos ao trabalho forçado e tornaram-se uma força de trabalho sem direitos. O governo belga de hoje admite que cerca de 10 milhões de congolezes morrem como resultado da violência colonial durante a época do rei Leopoldo, sem mencionar os incontáveis estupros, mãos decepadas e outros atos de tortura. E quando os africanos lutaram para recuperar a soberania sobre seus próprios territórios, eles foram duramente reprimidos, como o Mau Mau do Quênia, mais de 100.000 que foram mortos na década de 1950 por exércitos britânicos, e mais de 300.000 presos em campamentos, sem mencionar os Hereros e Namas, genocida pelos alemães no início do século XX enquanto tentavam defender suas terras, seus direitos, suas liberdades, sua cidadania.

Hoje, os africanos do continente que tentam chegar à Europa ou à América encontram-se como migrantes, muitas vezes sem documentos, sem direitos e sem cidadania. Às vezes eles estão trancados em campos, em áreas de anarquia absoluta, como Ceuta e Melilla, na costa da Espanha, ou Mória na ilha de Lesbos, na Grécia. Nessas condições, alguns africanos até se tornam não completamente nacionalizados, ou seja, apátridos. E se, por acaso, eles finalmente conseguem documentos de identidade, e às vezes até mesmo a nacionalidade e cidadania dos países "host", se pode falar de 'acolhimento' neste caso, eles geralmente descobrem que permanecem cidadãos de segunda classe, sendo discriminados em todos os setores de atividade, no emprego, moradia, acesso à educação, saúde, cultura, etc., como todos os relatórios nacionais e internacionais têm mostrado há mais de 50 anos.



Nessas condições, dado este patrimônio particularmente pesado, dado o fato de que a cidadania dos africanos no continente e na diáspora tem sido há séculos tão oprimida, negada e, dado o fato de que queda hoje, precária e constante questionada, é claro que este projeto de lei nacionalidade e cidadania é de particular importância, especialmente porque estamos aqui não quadro do Estado da Diáspora Africana.

Na verdade, é uma nova nacionalidade e cidadania que está sendo inventada aqui, ligado a um Estado sem fronteiras, que de fato revoluciona as antigas categorias de direito nacional e internacional, herdadas a partir do século XIX. A ideia comum de que um Estado é uma nação e um território é desafiada pelo próprio fato de que a União Africana reconheceu em 2003 que a diáspora é a 6ª região da África. Isso significa que uma região sem território pode ser definida e, conseqüentemente, o mesmo pode ser feito com um Estado, neste caso o Estado da diáspora africana, que é efetivamente um Estado sem fronteiras.

Portanto, qualquer estado, o Estado da diáspora africana deve definir a nacionalidade e cidadania de seus membros, seus direitos e deveres, as condições de acesso, bem como as modalidades práticas relacionadas à carteira de identidade. Este é o Código de Nacionalidade e Cidadania do Estado da Diáspora Africana. Mas, como podemos ver, dada a história da cidadania africana, que só foi brevemente delineada acima, o reflexo que se desenvolve aqui vai além do jurídico ou político. tem necessariamente uma dimensão espiritual, na medida em que constitui um tributo ao nosso querido, falecido fazendo justiça às suas vidas roubadas, à sua cidadania perdida, e nesse sentido,

este projeto de lei constitui uma forma de manifestação, ou reparação pelo menos, de auto-reparação.

A Segunda Lei: Restituição, ou melhor, Reconquista



O Primeiro Ministro, Dr Louis-Georges Tin, entre o Presidente e o Ministro das Relações Exteriores de Benin

Após o "Projeto de Lei que visa a criação do Código de Nacionalidade e Cidadania do Estado da Diáspora Africana", outra lei foi aprovada durante a Sessão Plenária: o "Projeto de Lei que visa a criação do Código do Estado da Diáspora Africana sobre Restituição, ou Melhor Reconquista".

A SOAD já fez muito sobre este assunto, indicado como indicado em nossos boletins recentes, nº 10 e 11, e em nossos comunicados de imprensa, que mencionam nossas conquistas nesta área, no Parlamento Europeu, na França, na Bélgica, no Benim, no Congo, nos Reinos da África, etc.

Mas ainda era necessário criar um Código, aprovado pelo Parlamento, como forma de definir principalmente as palavras de que estamos falando. Essas palavras são muito importantes: por exemplo, falar de 'reconquista' em vez de 'restituição' significa muito, como já explicado no boletim anterior; também palavras como retorno, reparação, reapropriação e, ainda mais, soberania, que é o propósito da primeira seção do projeto de lei.

A segunda parte é sobre o processo real de "Reconquista". Ela explica os deveres do Governo da SOAD, os deveres dos embaixadores, deputados e cidadãos da SOAD, mas também os deveres das entidades que detêm ilegalmente artefatos africanos ou restos humanos. A lei menciona os parceiros potenciais nesse processo, e também as estratégias para a vitória, tais como ações legais, lobby, campanhas de mídia e educação, pois não há reparação sem preparação.

A última parte da lei é chamada de "Conservação e Promoção". Ela trata da noção de retorno, e como ela pode ser implementada. Ela também explica porque e como, após o processo de reconquista, um processo de reapropriação precisa ser estabelecido, através de diferentes cerimônias e ações de valorização. No final do dia, o projeto de lei explica porque a devolução dos artefatos não pode ser organizada sem também trabalhar na devolução da diáspora. Seria muito estranho, no mínimo, dizer sim aos artefatos quando eles voltam, mas dizer não à sua família, quando eles também querem voltar para casa, especialmente quando eles são as próprias pessoas que estão realmente trazendo esses artefatos de volta, o que muitas vezes é o caso.

Este "Código de Restituição, ou melhor, Reconquista" precisava estar entre os primeiros projetos de lei introduzidos no Parlamento. A razão por trás é porque o legado é normalmente o começo; mais do que isso, o legado é normalmente o que você tem antes mesmo de seu início. Quando as crianças vêm ao mundo, elas começam com o legado deixado por seus pais, avós e antepassados. Mas na África e na Diáspora, uma parte significativa do nosso legado foi roubada ou destruída. Até mesmo os corpos, as cabeças e os ossos de muitos de nossos grandes heróis foram retirados da África e ainda estão detidos em museus ou universidades europeias, que são, de fato, valas comuns dignas.

É por isso que, para avançarmos em nossa jornada da maneira correta, precisamos ter certeza de que nossos mortos foram enterrados adequadamente, que nossos artefatos estão em casa e que nossa soberania está plenamente estabelecida. De fato, a campanha de



reconquista é uma questão de soberania. E não há progresso onde não há soberania. Se você quer construir uma casa, mas permite que qualquer pessoa venha e roube o que quiser, sem sequer tentar recuperá-la, bem, não adianta construir uma casa. É por isso que esta questão crucial de "restituição, ou melhor, reconquista" precisava ser um dos primeiros tópicos a ser discutido na sessão plenária do Parlamento.



A Terceira Lei: Espiritualidade, Religiões e Cidadania



Nas comunidades pan-africanas, uma espiritualidade desempenha um papel crucial. Representa o elo com a natureza, com o mundo e com os antepassados. Essa espiritualidade é expressa de diferentes formas, doutrinas, ritos, tradições e denominações, todas elas formando a diversidade de religiões no mundo.

O Estado de Diáspora Africano reconhece o enorme papel que as religiões desempenharam e continuam a desempenhar em nossas comunidades. Por exemplo, a Cerimônia vodun que ocorreu em Bois Caïman, 1791, foi o gatilho que lançou a Revolução Haitiana. Em 1825, escravos muçulmanos no Estado da Bahia, Brasil, decidem lançar uma revolta muito importante no dia do Ramadã, na esperança de receber o apoio de Alá. Em 1831, Nat Turner, um ministro batista que trabalha na Carolina do Norte, encontrou em sua fé os recursos para liderar uma das mais importantes revoltas de escravos nos Estados Unidos. Esses exemplos, entre muitos outros, mostram a importância que as religiões tiveram em nossa história de libertação.

No entanto, como religiões também podem ser usados como um instrumento de alienação e dominação. Em 1455, o Papa Nicolau V publicou um touro, *Romanus Pontifex*, que legalizou a colonização e a escravidão; e muitos comerciantes também tentam usar o Islã para reforçar suas atividades criminosas no contexto do comércio de escravos orientais. Além disso, às vezes ocorrem conflitos entre as comunidades vinculados a diferentes tradições religiosas. Por exemplo, Rastafarian na Jamaica, bem como vodu no Haiti, tem sido muitas vezes estigmatizada, demonizada e



perseguida por causa de suas crenças. Portanto, o Estado da diáspora africana decidiu aprovar legislação sobre espiritualidade e religiões em benefício de seus próprios cidadãos.

Como afirmado na primeira seção do projeto de lei, "o estado da diáspora africana é neutro, quando se trata de religião. Respeitam-se como pessoas que acreditam, e aqueles que não acreditam, mas não apoiam nenhuma religião em particular. Além disso, o projeto de lei deixa muito claro que o SOAD "rejeita todas as formas de discriminação baseadas em motivações religiosas e todas as formas de discriminação contra qualquer religião em particular". E, é claro, o SOAD "está disposto a cooperar com instituições religiosas, especialmente quando se trata de defender a paz e os direitos humanos".

A segunda seção do projeto de lei diferente prevê aplicações desses princípios em áreas como legislação, orações públicas durante reuniões ou mensagens religiosas nas redes sociais do SOAD.

O projeto de lei foi discutido em um espírito de boa vontade, com vários líderes espirituais do SOAD, pois teria sido discutido impossível a lei sem as mesmas pessoas de que está falando. Além disso, o Cáucaso Espiritual existem dois Líderes Pan-Africanos, criados em 2021, está confirmado em seu papel e missão.

« Legislação », o novo título em nosso site



Os textos organizados pelo Estado da diáspora africana são públicos e devem ser acessíveis ao público. É por isso que uma nova rubrica foi criada em nosso site, www.thestateofafricandiaspora.com. Seu nome é "Legislação".

O primeiro está na Constituição. Este texto foi promulgado em 2018, durante a Cúpula da União Africana. Explica como diferentes instituições soad, como o Governo, o Parlamento, o Tribunal de Justiça, etc., e como interagem. O texto da Constituição é dado a todos os novos Líderes SOAD (os novos Ministros, Embaixadores ou Deputados), mas agora, é acessível a todos.

O segundo é sobre as Leis. Quando uma lei é votada pelo Parlamento do SOAD, o texto deve ser publicado no local, para que qualquer pessoa tenha acesso a ela. É uma questão de democracia e transparência. Mas este subtítulo inclui outra seção sobre as leis "inspiradas ou solicitadas pelo SOAD". De fato, muitas leis na França, na Bélgica, no Benim, no Parlamento Europeu, foram aprovadas no âmbito da estratégia diplomática do SOAD. É por isso que eles também são mencionados em nosso site.

O terceiro é dedicado aos nossos "Decretos". Estes são os decretos emitidos pelo Governo SOAD, por exemplo, o nosso código eleitoral, o decreto que cria a Câmara Real, a criação da Câmara de Mediação, a Universidade SOAD; mas também se trata de decretos inspirados ou solicitados pela SOAD, como os cabelos emitidos

governos do Benim, Congo, Mauritània, etc.

Cooperação com o Parlamento da UA

O primeiro-ministro disse: "Nossa legislação deve ser transparente e divulgar a qualquer um que precisa dela. Se alguém quer se tornar um cidadão soad, ele ou ela precisa conhecer o Código de Nacionalidade e Cidadania. Se alguém quer ser eleito e se tornar um deputado do SOAD, ele ou ela precisa ter acesso ao código eleitoral. Se alguém quer entender como o Estado funciona, é importante ter a Constituição disponível. É uma questão de boa governança", concluiu o Dr. Tin.



Uma das missões de qualquer Parlamento, embora não seja a mais familiar para o público em geral, é cooperar com outros Parlamentos do mundo. É claro que o Estado de Diáspora Africana é uma entidade soberana, criando sua própria legislação através de seu próprio Parlamento; no entanto, não é proibido discutir e colaborar com outros parlamentos soberanos.

Para o SOAD, uma cooperação em particular é muito relevante: é a relação com o Parlamento Pan-Africano da União Africana, cujo cerco está na África do Sul. O Chefe da Fortuna Charumbira, que é o presidente deste órgão da UA, concordou em 1º de julho de 2021 em também ser o Co-Presidente da Câmara Real de SOAD, juntamente com Tassi Aidji, nosso Ministro do Legado Histórico.

Nessa posição, ele apoiou a campanha lançada pelo nosso embaixador, Julius Garvey, para um busto de seu pai, Marcus Garvey, a ser instalado na sede da UA na Etiópia, e no Parlamento da UA na África do Sul. Além disso, o Chefe Charumbira concordou em tornar um dos patrocines da universidade SOAD que foi lançada em outubro de 2021. Ele andou nosso pedido de restituição; concordou em ter uma das etapas do passeio ciclístico pan-africano, que será organizado em agosto de 2022, para passar por seu reino, no; e por último, mas não menos importante, também concordou em trabalhar com o SOAD no âmbito da Câmara Real de Mediação, criada em 1º de janeiro de 2022. Isso já é muito, e isso é uma grande honra para o Estado de Diáspora Africana.

No entanto, o processo colaborativo poderia ir ainda mais longe, como não poderia ser apenas com o Presidente, mas





com todo o Parlamento da UA. Sempre que os membros do Parlamento da União Africana desejam debater um projeto de lei, eles podem convidar os representantes do SOAD a expressar sua opinião sobre esta legislação. Na verdade, pode ser pertinente, antes de qualquer lei ser votada, ver como os africanos na África podem participar, como eles poderiam contribuir e talvez como eles poderiam enriquecer o texto antes de ser realmente aprovado.

É claro que o Parlamento Pan-Africano que é soberano e decide se a instituição gostaria de incluir essas propostas, mas, no mínimo, daria uma oportunidade para uma maior colaboração entre a UA e a Diáspora. E, por outro lado, o mesmo poderia ser feito para alguns representantes do Parlamento da UA podem compartilhar seu ponto de vista sobre as leis que serão discutidas no SOAD antes de finalmente ser votadas.

A partir do respeito à soberania de todos, esse mecanismo fortaleceria a cooperação institucional entre a África e a diáspora. A SOAD está trabalhando agora para ver como esse poderia ser implementado.



Reforço das capacidades parlamentares



Em muitos países do mundo, os membros do Parlamento recebem treinamento especial. Na verdade, sua missão não pode ser dada como certa: eles precisam saber mais sobre a arte da legislação, política, finanças públicas, gestão de projetos, comunicação e muitas outras habilidades necessárias para cumprir sua missão.

Nenhum Estado da Diáspora Africana, tal programa para trapaceiros já existe, e é entregar o Departamento de Estado do cabelo, sob a autoridade de Akima Sharrief. Mas até agora, o SOAD não tinha nada semelhante aos membros do Parlamento. É por isso que o presidente dastituição, Melvin Bown, discutiu o assunto com o primeiro-ministro, e depois, eles recrutaram Oluwayemi Odubote, que é um dos embaixadores do SOAD, que recebeu a tarefa de criar o programa de capacitação para os parlamentares.

O programa de capacitação do SOAD se concentra em três aspectos principais: habilidades, processos e recursos necessários como indivíduo e organização para ter um desempenho ideal em uma sociedade em constante mudança para continuar alinhado com sua missão, que é fortalecer a África através da diáspora e da diáspora em toda a África

Para que os parlamentares cumpram efetivamente suas funções e responsabilidades, eles devem ter as habilidades suaves necessárias, como resolução de problemas, pensamento crítico, habilidades de comunicação e afins.

Os parlamentares serão frequentemente treinados sobre as habilidades necessárias para exercer suas funções na área de colaboração dentro e para o DO SOAD, focados no alcance da missão e visão da organização. Conforme explicado pelo Estatuto do Parlamento, os objetivos são dois parlamentares:

- Representação do povo
- Eleição dos líderes do Parlamento
- Eleição do Primeiro-Ministro
- Votação de leis
- Votação orçamentária
- Implementação de programas de ação.

Além disso, eles precisam entender os processos soad em relação aos estatutos e funcionamento do parlamento. Essa área é crucial na ativação dos PMs; se o estatuto não ser compreendido, o planejamento e o desempenho será muito afetado negativamente. É por isso que é muito importante que as legalidades dos parlamentares sejam estritamente cumpridas e seguidas.

No nível individual, a capacitação refere-se ao processo de mudança de atitudes e comportamentos, troca de conhecimento e desenvolvimento de habilidades, maximizando os benefícios da participação, compartilhamento de conhecimento e propriedade.

No plano institucional, foca-se no desempenho geral da organização e das capacidades operacionais, bem como na capacidade de adaptação da organização às mudanças.

No nível sistêmico, enfatiza o marco regulatório global no qual pessoas e organizações operam e interagem com o ambiente externo.

Na SOAD, estabelecemos com sucesso uma unidade de capacitação não apenas para treinar os parlamentares, mas também para treiná-los e procurar formas eficazes de apoiá-los no nível individual, com a intenção de criar sinergia de forma abrangente. Como sessões serão realizadas nos diferentes idiomas utilizados no SOAD.



E o deputado do ano é o Sr. Avraham Ben Levi Yisra'El.



Em 10 de janeiro de 2021 foi nomeado embaixador do ano em 2021: David Suale, embaixador da Serra Leoa. Alguns dias depois, o Governo do Estado da Diáspora Africana também anunciou o nome da MP do ano de 2021, e é o Sr. Avraham Ben Levi Yisra'El.

Nomeado vice em março de 2020, o Sr. Avraham Ben Levi Yisra'El também é Ministro dos Assuntos Internacionais de Israel e Ministro do Comércio das Nações Unidas. Ele também serviu como embaixador internacional da Nação Hebraica Yisraelite em todo o mundo.

Além disso, o Sr. Ben Levi Yisra'El trabalha no campo da cibersegurança, criptomoedas e blockchain. Foi nesse contexto que lhe foi solicitado que ele trabalhasse na implementação do aplicativo para SOAD. Este trabalho foi implementado com a Luxcore, empresa de TI que assinou um acordo de cooperação com a SOAD.

Este app integrará muitos serviços como cartão de identificação digital, passaporte digital, carteira digital, acesso à troca de criptomoedas, etc. Foi realmente o Sr. Ben Levi Yisra'El que, com o apoio do vice-primeiro-ministro Keturah Amoako, foi a pessoa chave para este programa de ação, do lado do SOAD.

O primeiro-ministro fez a seguinte declaração: "O Sr. Ben Levi Yisra'El não é apenas o deputado do ano de 2021, mas também o primeiro 'MP do ano', pois esta distinção é concedida pela primeira vez. Ele e o VPM Kandake Houindokon fez um trabalho de alto nível, especialmente estratégico, já que graças a eles em breve ter nossa identidade efetiva como cidadãos. Ben Levi Yisra'El merece este prêmio bem.

O senhor deputado Ben Levi Yisra'El respondeu: "Estou honrado por este título inesperado de DEPUTADO DO ANO do SOAD. Sempre quis servir o CRIADOR TODO PODEROSO seguindo a inspiração e orientação dos Ancestrais. Eu sempre colocarei minha energia, coração e inteligência para servir meu povo na diáspora ao redor do mundo. Estou com o Primeiro-Ministro Tin, a Rainha Keturah Amoako, o VPM Hugh Johnson, meus colegas parlamentares, embaixadores e todos os membros do Soad. Que todos os poderosos nos mantenham em perfeita paz. Shalom."